



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM I

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2009

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2009, estão disponíveis no site da Petrobras, no endereço abaixo:

<http://www2.petrobras.com.br/ri/port/InformacoesFinanceiras/Cvm.asp?ano=2009>

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM II

ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2010

Senhores acionistas,

O Orçamento de Capital da Petrobras para 2010 contempla Investimentos totais de R\$ 58.031.450.298,00 (cinquenta e oito bilhões, trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e duzentos e noventa e oito reais), dos quais R\$ 54.128.191.965,00 (cinquenta e quatro bilhões, cento e vinte e oito milhões, cento e noventa e um mil e novecentos e sessenta e cinco reais) de Investimentos Diretos e R\$ 3.903.258.333,00 (três bilhões, novecentos e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais) de Inversões Financeiras (aporte de capital às subsidiárias e a outras empresas).

Esses investimentos serão atendidos por R\$ 10.112.434.788,00 (dez bilhões, cento e doze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais) de recursos de terceiros e R\$ 47.919.015.510,00 (quarenta e sete bilhões, novecentos e dezenove milhões, quinze mil e quinhentos e dez reais) de recursos próprios, oriundos principalmente dos lucros gerados pelas operações da Companhia.

Dos recursos próprios considerados na programação, R\$ 44.015.757.177,00 (quarenta e quatro bilhões, quinze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil e cento e setenta e sete reais) destinam-se a Investimentos Diretos e R\$ 3.903.258.333,00 (três bilhões, novecentos e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais) a Inversões Financeiras (aporte de capital às subsidiárias e a outras empresas). No que se refere aos recursos de terceiros, o montante de R\$ 10.112.434.788,00 (dez bilhões, cento e doze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais) destina-se a Investimentos Diretos.

Do total de investimentos, 48,2% destinam-se à Área de Exploração & Produção, 44,0% à Área de Abastecimento, 3,0% à Área de Gás & Energia e 4,8% às outras áreas de negócio.

Desta forma, com base no artigo 196, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (alterada pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997), referendado pela Lei nº 10.303/2001, o Conselho de Administração da PETROBRAS está propondo a esta Assembléia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, a aprovação do Orçamento de Capital para 2010, no montante de R\$ 58.031.450.298,00 (cinquenta e oito bilhões, trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e duzentos e noventa e oito reais).

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM III

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2009

Senhores Acionistas,

As demonstrações contábeis da Petrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentam um lucro líquido de R\$ 29.313.417.586,06 (vinte e nove bilhões, trezentos e treze milhões, quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e seis centavos) e já contempla, observando-se a legislação em vigor, o provisionamento de participação nos lucros para distribuição aos seus empregados no montante de R\$ 1.269.854.355,34 (um bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e cinqüenta e quatro mil, trezentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Com base na Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis 9.457, de 05.05.1997, e 10.303, de 31.10.2001, e no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está propondo a esta Assembléia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que, do referido lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja destinada a importância de R\$ 8.335.372.903,00 (oito bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil e novecentos e três reais) como remuneração aos acionistas a título de dividendos, correspondendo a 30,53% do lucro básico para fins de dividendo e a R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos) por ação ordinária e preferencial, indistintamente, que compõem o capital social.

Neste dividendo estão incluídos juros sobre o capital próprio (JCP), no montante de R\$ 7.194.742.926,80 (sete bilhões, cento e noventa e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), exceto para acionistas imunes e isentos, equivalentes a R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos) por ação ordinária e preferencial, indistintamente.

O dividendo proposto está sendo distribuído da seguinte forma:

- R\$ 2.632.223.022,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e três mil e vinte e dois reais), disponibilizados em 30.11.2009, equivalentes a R\$ 0,30 (trinta centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 03.07.2009, aprovados pelo Conselho de Administração em 24.06.2009.
- R\$ 1.754.815.348,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quinze mil e trezentos e quarenta e oito reais), disponibilizados em 21.12.2009, equivalentes a R\$ 0,20 (vinte centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 30.09.2009, aprovados pelo Conselho de Administração em 21.09.2009.
- R\$ 1.754.815.348,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quinze mil e trezentos e quarenta e oito reais), disponibilizados em 29.12.2009, equivalentes a R\$ 0,20 (vinte centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 18.12.2009, aprovados pelo Conselho de Administração em 17.12.2009.
- R\$ 2.193.519.185,00 (dois bilhões, cento e noventa e três milhões, quinhentos e dezenove mil e cento e oitenta e cinco reais), equivalentes a R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, referentes a R\$ 0,12 (doze centavos) por ação de juros sobre capital próprio e R\$ 0,13 (treze centavos) por ação de dividendos, com base na posição acionária de 22.04.2010, a serem pagos até 22.06.2010, cujos valores serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa Selic.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2009 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa Selic desde a data de seu pagamento até 31.12.2009.

Assim, para determinação do dividendo proposto levou-se em consideração os seguintes aspectos:

- a) O Estatuto Social da Petrobras, em seu art. 5º, parágrafo 2º estabelece que o dividendo mínimo atribuível à ação preferencial corresponde a 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representado por esta espécie de ação, ou 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, o que equivale, em 2009, a R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) e R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) por ação, respectivamente, inferiores, portanto, ao dividendo de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos) por ação, ora proposto a esta Assembléia;
- b) Sob o aspecto societário, o dividendo a ser pago indistintamente às ações ordinárias e preferenciais, é superior ao mínimo previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76, representando 30,53% do lucro básico para fins de distribuição de dividendo.

Adicionalmente, para fazer face aos investimentos previstos para 2010, em conformidade com a programação anual de investimentos elaborada pela Companhia, o Conselho de Administração

está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R\$ 18.563.092.857,20 (dezoito bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) provenientes do lucro do exercício e R\$ 9.934.400,01 (nove milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos reais e um centavo) do saldo remanescente de lucros acumulados.

Dessa forma, o Conselho de Administração está propondo aos acionistas nesta Assembléia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que do lucro líquido do exercício sejam destinados R\$ 20.978.044.683,06 (vinte bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e seis centavos) para a constituição de reservas, sendo R\$ 18.563.092.857,20 (dezoito bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) em reserva de retenção de lucros, R\$ 1.465.670.879,30 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta centavos) em reserva legal, R\$ 394.833.453,30 (trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) em reserva estatutária e R\$ 554.447.493,26 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos) em reserva de incentivos fiscais, além de R\$ 8.335.372.903,00 (oito bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil e novecentos e três reais) a serem distribuídos aos acionistas a título de dividendos.

Propõe, ainda, a homologação de parcela do dividendo, na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), na razão de R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos) por ação, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.

A seguir, Anexo I contendo as informações sobre a destinação do lucro líquido, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 9º, § 1º, Inciso II).

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente

ANEXO I

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1 – Informar o lucro líquido do exercício

R - R\$ 29.313.417.586,06

2 – Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Espécie e Classe de ação	Quantidade	Valor do provento por ação	Valores em R\$
			Valor em R\$
ON	5.073.347.344	0,95	4.819.679.976,80
PN	3.700.729.396	0,95	3.515.692.926,20
	8.774.076.740	0,95	8.335.372.903,00

3 – Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	Valores em R\$
(a) Lucro básico para determinação do dividendo	27.303.233.613,50
(b) Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8.335.372.903,00
Percentual do lucro básico do exercício (b) / (a)	30,53%

4 – Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R – Não aplicável

5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição	Valores em R\$		
	Espécie e Classe de ações		
	ON	PN	TOTAL
Juros sobre o capital próprio	4.160.144.822,08	3.034.598.104,72	7.194.742.926,80
Dividendos	659.535.154,72	481.094.821,48	1.140.629.976,20
Total de dividendos proposto	4.819.679.976,80	3.515.692.926,20	8.335.372.903,00
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente	(3.551.343.140,80)	(2.590.510.577,20)	(6.141.853.718,00)
Atualização dos Juros sobre capital próprio antecipados	(14.205.372,56)	(10.362.042,31)	(24.567.414,87)
Saldo de Dividendos Propostos	1.254.131.463,44	914.820.306,69	2.168.951.770,13

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c. Eventual Incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito de recebimento

Resposta aos itens, (b), (c) e (d)

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 8.335.372.903,00 incluem juros sobre capital próprio no total de R\$ 7.194.742.926,80, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

- Em 24 de junho de 2009, R\$ 2.632.223.022,00, correspondente a R\$ 0,30 por ação, e disponibilizada aos acionistas em 30 de novembro de 2009, com base na posição acionária de 03 de julho de 2009;
- Em 21 de setembro de 2009, R\$ 1.754.815.348,00, correspondente a R\$ 0,20 por ação, distribuída em 21 de dezembro de 2009, com base na posição acionária de 30 de setembro de 2009;
- Em 17 de dezembro de 2009, R\$ 1.754.815.348,00, correspondente a R\$ 0,20 por ação, disponibilizada em 29 de dezembro de 2009, com base na posição acionária de 18 de dezembro de 2009;
- Em 19 de março de 2010, a parcela final de juros sobre o capital próprio a ser disponibilizada com base na posição acionária de 22 de abril de 2010, data da Assembléia Geral Ordinária que deliberará sobre o assunto, no montante de R\$ 1.052.889.208,80, correspondente a R\$ 0,12 por ação ordinária e preferencial, juntamente com os dividendos de R\$ 1.140.629.976,20 correspondente a R\$ 0,13 por ação ordinária e preferencial.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2009 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa Selic desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2009. O valor total da atualização corresponde ao montante de R\$ 24.567.414,87.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

Os dividendos e a parcela final de juros sobre o capital próprio serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa Selic.

6 – Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Resposta aos itens, (b) e (c)

<u>Aprovação</u>	<u>Período base</u>	<u>Início o Pagamento</u>	<u>Provento</u>	<u>Espécie e Classe de ação</u>	<u>Valor em R\$</u>	
24/06/2009	junho de 2009	30/11/2009		ON	1.522.004.203,20	
24/06/2009	junho de 2009	30/11/2009		PN	1.110.218.818,80	
21/09/2009	setembro de 2009	21/12/2009	Juros sobre capital Próprio	ON	1.014.669.468,80	
21/09/2009	setembro de 2009	21/12/2009		PN	740.145.879,20	
17/12/2009	dezembro de 2009	29/12/2009		ON	1.014.669.468,80	
17/12/2009	dezembro de 2009	29/12/2009		PN	740.145.879,20	
					6.141.853.718,00	

7 – Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R - Segue quadro abaixo:

	Período			
	2009	2008	2007	2006
Lucro por ação - ON	3,34091	4,15651	5,02131	5,94095
Lucro por ação - PN	3,34091	4,15651	5,02131	5,94095

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R - Segue quadro abaixo:

	Período			
	2009	2008	2007	2006
Dividendos e Juros sobre capital próprio por ação ON	0,95000	1,13000	1,50000	1,80000
Dividendos e Juros sobre capital próprio por ação PN	0,95000	1,13000	1,50000	1,80000

8 – Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Resposta aos itens (a) e (b)

1 - Cálculo da Reserva Legal	
Lucro líquido do exercício	29.313.417.586,06
Percentual	5%
Reserva Legal destinada em 2009	1.465.670.879,30

9 – Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R – A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2009, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2010, no montante de R\$ 8.335.372.903,00, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuído indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico ajustado para esse fim.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R – Não aplicável

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R- Não aplicável

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R – R\$ 0,95 por ação

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R - Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R – Sim. Os dividendos correspondem a 30,53% do lucro básico.

c – Informar o montante eventualmente retido

R- Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

R – Não aplicável

12 – Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

R – Não aplicável

13 – Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

R - Não aplicável

14 – Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme o artigo 55 do Estatuto, a Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

b. Identificar o montante destinado a reserva

R - R\$ 394.833.453,30

c. Descrever como o montante foi calculado

1 - Cálculo da Reserva Estatutária	
Capital Social	78.966.690.660,00
Percentual	0,5%
Valor destinado em 2009	394.833.453,30

15 – Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. identificar o montante da retenção

R – R\$ 18.573.027.257,21, sendo R\$ 18.563.092.857,20 provenientes do lucro do exercício e R\$ 9.934.400,01 do saldo remanescente de lucros acumulados.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

O Orçamento de Capital se encontra na Exposição aos Acionistas (Item II).

16 – Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R – R - 554.447.493,26

b. Explicar a natureza da destinação

R – Incentivos Fiscais do Imposto de Renda (SUDENE e SUDAM), com base no lucro da exploração.



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM IV

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, será aprovada no decorrer da Assembléia Geral Ordinária.

A Petrobras não poderá fornecer os nomes dos candidatos do acionista controlador ao Conselho de Administração, conforme exigido pelo Art. 10 da Instrução CVM 481, pois não recebeu as informações necessárias de seu acionista controlador.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM V

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A eleição do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, será aprovada no decorrer da Assembléia Geral Ordinária.

A Petrobras não poderá fornecer o nome dos candidatos do acionista controlador ao Conselho de Administração, conforme exigido pelo Art. 10 da Instrução CVM 481, pois não recebeu as informações necessárias de seu acionista controlador.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM VI

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTES

Senhores Acionistas,

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, será aprovada no decorrer da Assembléia Geral Ordinária.

A Petrobras não poderá fornecer os nomes dos candidatos do acionista controlador ao Conselho Fiscal e respectivos suplentes, conforme exigido pelo Art. 10 da Instrução CVM 481, pois não recebeu as informações necessárias de seu acionista controlador.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM VII

FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INCLUSIVE DA SUA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, NA FORMA DOS ARTIGOS 41 E 56 DO ESTATUTO SOCIAL, BEM COMO DOS MEMBROS TITULARES DO CONSELHO FISCAL.

Senhores Acionistas,

A fixação da remuneração dos administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal, bem como de participação nos lucros, na forma dos artigos 41 e 56 do estatuto social, serão apresentadas na Assembléia Geral Ordinária.

A Petrobras não poderá fornecer a proposta de remuneração dos administradores conforme exigido pelo Art. 12 da Instrução CVM 481, pois não recebeu as informações necessárias de seu acionista controlador.

A seguir, Anexo I com as informações relativas à remuneração dos administradores da companhia no exercício social de 2009, conforme o item 13 do Formulário de Referência (Art. 12 da Instrução CVM 481).

Rio de Janeiro, 22 abril de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente

Anexo I

Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/09

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

- b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia segue um processo já estabelecido em que montante é aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO), levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

O calculo leva em consideração, no caso do Presidente e Diretores, os valores referentes aos honorários mensais, gratificação de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho, passagens aéreas, previdência privada complementar e auxílio moradia, nos termos do Decreto nº 3.255, de 19 de novembro de 1999.

No caso dos membros do Conselho de Administração, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), excluídos os valores relativos a: gratificação de férias, participação nos lucros e resultados, passagens aéreas, previdência privada complementar e auxílio moradia, bem como custear as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função de conselheiro de administração.

O montante é enviado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Fazenda que o encaminha sob a forma de sugestão de voto para deliberação da AGO.

Após sua aprovação este montante consta da Ata da AGO, que é de domínio publico.

A divulgação e aprovação desse montante seguem a Lei 6.404/76 e regulamentações dos órgãos reguladores (DEST, CVM etc).

O bônus por desempenho é um programa de incentivo de curto prazo existente na Companhia, porém sem a obrigatoriedade de ser praticado anualmente.

No exercício de 2009, o bônus por desempenho não ocorreu e nem foi previsto

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção padrão, tendo em vista que esta pode variar de acordo com: desempenho e resultado da Companhia, determinações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Assembléia dos Acionistas, deliberações do Conselho de Administração, entre outros.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração fatores como: desempenho e resultado da Companhia, negociação com órgãos reguladores, legislação pertinente, práticas de mercado e o valor definido na AGO.

Quanto à participação nos lucros, foi praticado 2,54 remunerações ao Presidente e Diretores no exercício de 2009.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores da Companhia, e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Das parcelas que compõem a remuneração dos administradores da Petrobras, algumas são calculadas levando em consideração indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

O montante da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral Ordinária (AGO) que delega ao Conselho de Administração sua distribuição. O Conselho de Administração distribui as rubricas honorários mensais, gratificação de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e bônus por desempenho de forma a manter a hierarquia remuneratória entre os administradores da Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Das parcelas que compõem a remuneração dos administradores da Petrobras, algumas são calculadas levando em consideração indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

O montante da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral Ordinária (AGO) que delega ao Conselho de Administração sua distribuição. O Conselho de Administração distribui as rubricas honorários mensais, gratificação de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e bônus por desempenho de forma a manter a hierarquia remuneratória entre os administradores da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Petrobras é definida considerando os resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como buscando promover o reconhecimento dos administradores e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Petrobras.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
7	9 *	5

* O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 8 membros remunerados.

- c. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros

	Rubrica	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Salário ou Pró-labore	R\$ 4.808.911,68	R\$ 531.078,96	R\$ 343.493,40
	13 º Salário	R\$ 410.118,10	R\$ 44.367,90	R\$ 28.624,45
	Férias	R\$ 122.463,51	Não praticado	Não praticado
	Benefícios diretos e indiretos	R\$ 43.200,00	Não praticado	Não praticado

- ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros

	Rubrica	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	PLR	R\$ 1.017.886,28	Não praticado	Não praticado
	Bônus	Não ocorreu	Não praticado	Não praticado

- iii. benefícios pós-emprego

Não praticado.

- iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não praticado.

- v. remuneração baseada em ações

Não praticado.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 6.402.579,57	R\$ 575.446,86	R\$ 372.117,85

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Período	Total
2009	R\$ 7.350.144,28

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número de membros

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
7	não praticado	não praticado

- em relação ao bônus:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Não estava previsto	não praticado	não praticado

- valor máximo previsto no plano de remuneração

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	não estava previsto	não praticado	não praticado

- valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

No exercício de 2009, o bônus por desempenho não ocorreu e nem foi previsto.

- valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	não ocorreu	não praticado	não praticado

- em relação à participação no resultado:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	-	não praticado	não praticado

- valor máximo previsto no plano de remuneração

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 1.202.227,92	não praticado	não praticado

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não praticado.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 1.017.886,28	não praticado	não praticado

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não praticado.

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Diretoria Executiva	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	350
Ações Ordinárias	19.754
Ações Preferenciais	54.416

Conselho de Administração	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	10.000
Ações Ordinárias	33
Ações Preferenciais	0

Conselho Fiscal	
Característica dos Títulos	Quantidade
Cotas FGTS	0
Ações Ordinárias	0
Ações Preferenciais	1.728

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não praticado.

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não praticado.

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções

- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não praticado.

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não praticado.

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
7	não praticado	não praticado

c. nome do plano

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Petros, Petros 2 ou reembolso plano privado	não praticado	não praticado

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembléia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

e. condições para se aposentar antecipadamente

Tendo em vista que os administradores da Petrobras são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão da Assembléia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 98.455,05	não praticado	não praticado

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 98.455,05	não praticado	não praticado

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado, dentre elas a possibilidade do resgate apenas de parte dos aportes efetuados pelos participantes.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- órgão
- número de membros

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
7	9 *	5

* O Presidente é também membro do Conselho de Administração da Petrobras. No entanto, esta participação não é remunerada. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 8 membros remunerados.

c. valor da maior remuneração individual

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 971.454,91	R\$ 74.423,57	R\$ 74.423,57

d. valor da menor remuneração individual

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 859.829,95	R\$ 74.423,57	R\$ 74.423,57

e. valor médio de remuneração individual

Período	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	R\$ 911.214,36	R\$ 74.423,57	R\$ 74.423,57

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não praticado.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não praticado.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não praticado.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não praticado.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações referentes ao ano de 2009 correspondem ao período de ano civil, ou seja, de janeiro a dezembro, não tendo correlação, conseqüentemente, com o montante aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO), que corresponde ao período de abril de 2009 a março de 2010.



ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM I

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Senhores Acionistas,

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 199, preceitua que o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e a de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

As Demonstrações Contábeis da Petrobras, relativas ao exercício social de 2009, revelam que a Companhia apresentou, em seu patrimônio líquido, excesso de reservas de lucros sobre o capital social realizado, apurado nos termos do art. 199, supramencionado, pois o capital social realizado atinge a R\$ 78.966.690.660,00 (setenta e oito bilhões, novecentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa mil e seiscentos e sessenta reais) e as referidas reservas de lucros montam a R\$ 84.319.130.145,29 (oitenta e quatro bilhões, trezentos e dezenove milhões, cento e trinta mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

Essa situação exige uma redução no nível das reservas de lucros, ajustando-se o valor do capital à estrutura patrimonial da Companhia.

Adicionalmente, há necessidade de aumentar o capital social além do excesso de reservas identificado, incorporando parte da reserva de lucros de incentivos fiscais referentes ao incentivo para reinvestimentos, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme determina a Portaria nº 2.091/07 do Ministro de Estado da Integração Nacional, artigo 35, parágrafo 1º, e incorporando o saldo da reserva de capital, conforme permitido pela Lei 6.404/76, artigo 200.

Assim, o Conselho de Administração resolveu submeter à apreciação e deliberação desta Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, a proposta de incorporação ao capital de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.626.997.113,06 (cinco bilhões, seiscentos e vinte e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e treze reais e seis centavos), sendo R\$ 899.375.670,69 (oitocentos e noventa e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) de reserva estatutária, R\$ 4.713.168.769,55 (quatro bilhões, setecentos e treze milhões, cento e sessenta e oito mil,

setecentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) de reserva de retenção de lucros e R\$ 14.452.672,82 (quatorze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos) de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais – SUDENE, constituída em 2009, e de reserva de capital no montante de R\$ 514.856.604,94 (quinhentos e quatorze milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e noventa e quatro centavos), aumentando o capital social de R\$ 78.966.690.660,00 (setenta e oito bilhões, novecentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e sessenta reais) para R\$ 85.108.544.378,00 (oitenta e cinco bilhões, cento e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e oito reais), sem modificação do número de ações emitidas, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Em conseqüência, deverá ser alterado o artigo 4º do Estatuto da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º o capital social é R\$ 85.108.544.378,00 (oitenta e cinco bilhões, cento e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e oito reais), dividido em 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil e setecentos e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil e trezentos e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentos milhões, setecentos e vinte e nove mil e trezentos e noventa e seis) ações preferenciais”.

A seguir, Anexo I contendo as informações sobre a proposta de Aumento de Capital, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 14).

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente

ANEXO I
AUMENTO DE CAPITAL
(ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1 - Informar valor do aumento e do novo capital social

<u>Descrição</u>	<u>Valores em reais</u>
Capital social antes do aumento	78.966.690.660,00
<u>Aumento de capital proposto</u>	<u>6.141.853.718,00</u>
<u>Capital social após aumento proposto</u>	<u>85.108.544.378,00</u>

2 – Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; (d) subscrição de novas ações

R: O aumento de capital será realizado mediante a capitalização de lucros e reservas

3 – Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas conseqüências jurídicas e econômicas

R: Em atendimento ao artigo nº 199 da lei 6.404/76, considerando que o saldo das reservas de lucros da Petrobras, poderá ultrapassar o capital social, está sendo proposto à Assembléia Geral de Acionistas a aplicação do excesso no aumento do capital social.

4 – Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

R: Parecer do Conselho Fiscal disponível nas Demonstrações Financeiras Padronizadas.

5 – Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

R: Não aplicável

6 – Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

R: Não implicará na alteração do valor nominal das ações ou distribuição de novas ações entre os acionistas.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias sem valor nominal

R: Será efetivada sem modificação do número de ações

c. Em caso de distribuição de novas ações

R: Não aplicável

d. Informar o prazo previsto no parágrafo 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

R: Não aplicável

e. Informar e fornecer as informações e documentos no item 5 acima, quando cabível

R: Não aplicável

7 - Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

R: Não aplicável



ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM II

RENÚNCIA AO DIREITO DE PREFERÊNCIA DA PETROBRAS NA SUBSCRIÇÃO PELA BRASKEM DAS AÇÕES DETIDAS PELA UNIPAR NA QUATTOR

Senhores Acionistas,

O Projeto Aquiles tem por escopo a consolidação, na Braskem S.A (“Braskem”), das participações petroquímicas direta e/ou indiretamente detidas pela Odebrecht S.A. (“ODB”), Odebrecht Serviços e Participações S.A. (“OSP”), Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“PETROBRAS”) e Petrobras Química S.A. (“Petroquisa”), somada à aquisição, pela Braskem, da participação da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (“Unipar”) na Quattor Participações S.A. (“Quattor”).

A referida operação tem como objetivo fortalecer a indústria petroquímica nacional, fazendo com que a Braskem consolide sua posição de player relevante no mercado, permitindo maior competitividade à cadeia produtiva da indústria petroquímica e dos plásticos no cenário internacional.

A operação está alinhada com o plano estratégico da PETROBRAS de atuar no setor petroquímico de forma integrada com os seus demais negócios, agregando valor aos seus produtos, e permitindo uma participação estratégica e gestão mais efetiva na Braskem, alterando sua posição de simples acionista minoritária relevante.

A Operação, através do aumento de capital previsto, também permitirá uma estrutura de capital da Braskem mais adequada aos desafios da competição global, dando-lhe maior poder de alavancagem para financiar seus projetos.

Uma das etapas societárias previstas para a operação é a aquisição pela Braskem das ações da Quattor detidas pela Unipar.

O Acordo de Investimentos firmado entre Odebrecht e Sistema Petrobras prevê que a Braskem adquirirá a totalidade das ações ordinárias de emissão da Quattor detidas pela Unipar, representativas de 60% do capital votante e total da Quattor, permanecendo o Sistema Petrobras com os 40% restantes.

A Cláusula 5.8 do Acordo de Investimentos informa sobre a necessidade de a PETROBRAS obter as devidas autorizações assembleares, conforme estabelecido no art. 40, inciso XV do Estatuto Social da Companhia, com relação à aprovação da renúncia ao seu direito de preferência para a aquisição das Ações de Quattor, permitindo que a Braskem adquira as ações detidas pela Unipar, viabilizando a operação na forma descrita.

Desta forma, o Conselho de Administração, ao apreciar a operação, resolveu submeter à elevada apreciação e deliberação desta Assembléia Geral Extraordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, a Ordem do Dia constante no Edital de Convocação.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente

ANEXO 1

RECOMENDAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A renúncia ao direito de preferência que será objeto de deliberação em Assembléia Geral Extraordinária está inserida dentro do contexto da operação que tem por escopo a consolidação, na Braskem S.A. (“Braskem”), das participações petroquímicas direta e/ou indiretamente detidas pela Odebrecht S.A. (“ODB”), Odebrecht Serviços e Participações S.A. (“OSP”), Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“PETROBRAS”) e Petrobras Química S.A. (“Petroquisa”), somada à aquisição, pela Braskem, da participação da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (“Unipar”) na Quattor Participações S.A. (“Quattor”).

Conforme mencionado no Fato Relevante publicado em 22/01/2010, a operação foi prevista para ocorrer por meio das seguintes etapas interdependentes:

- a. incorporação da W.B.W.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“WBW”), subsidiária da Petroquisa, pela BRK Participações S.A. (“BRK”), subsidiária da Braskem, que passará a ser detentora de ações ordinárias da Braskem atualmente detidas pelo Sistema Petrobras e Odebrecht;
- b. aumento de capital da Braskem a ser realizado sob a forma de uma subscrição privada de ações por seus acionistas;
- c. aquisição pela Braskem das ações da Quattor detidas pela Unipar;
- d. aquisição pela Braskem de 100% das ações da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. (“Unipar Comercial”) e de 33% das ações da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas (“Polibutenos”);
- e. incorporação pela Braskem das ações da Quattor detidas pela PETROBRAS, e;
- f. oferta pública por alienação indireta de controle da Quattor Petroquímica S.A. (“Quattor Petroquímica”), empresa subsidiária da Quattor.

Conforme mencionado no item “c” acima, o Acordo de Investimento firmado prevê que a Braskem adquirirá a totalidade das ações ordinárias de emissão da Quattor detidas pela Unipar, representativas de 60% do capital votante e total da Quattor (permanecendo o Sistema Petrobras com os 40% restantes), acrescido da assunção proporcional da obrigação da Unipar frente ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, decorrente da opção de venda de ações (*put option*)

outorgadas à BNDESPAR, na sua condição de acionista da Rio Polímeros, conforme contrato de compra e venda de ações e outra avenças celebrado em 15/01/2008.

Vale salientar que o acordo supracitado informa sobre a necessidade de a PETROBRAS obter as devidas autorizações assembleares, conforme estabelecido no seu Estatuto Social, com relação à aprovação da renúncia ao seu direito de preferência para a aquisição das Ações de Quattor, previsto no Acordo de Acionistas de tal sociedade, permitindo que a Braskem adquira as ações detidas pela Unipar.

A referida operação, cujos termos foram devidamente aprovados no âmbito de Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Petrobras, inclusive no que tange a renúncia em comento, tem como objetivo fortalecer a indústria petroquímica nacional, fazendo com que a Braskem consolide sua posição de *player* relevante no mercado, permitindo maior competitividade à cadeia produtiva da indústria petroquímica e dos plásticos no cenário internacional.

Isto posto, resta claro que a aquisição pela Braskem das ações da Quattor detidas pela Unipar, assim como todas as demais etapas societárias previstas, é fundamental para a implementação da operação, sendo, portanto, recomendada a aprovação, em âmbito assemblear, pela Petrobras, da renúncia ao seu direito de preferência para a aquisição das Ações de Quattor, permitindo que a Braskem adquira as ações detidas pela Unipar.

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

Com relação às perspectivas patrimoniais da Companhia, encontra-se em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.941/09, através do qual o Governo Federal busca duas autorizações distintas, a saber:

- 1) autorização para ceder onerosamente à Petrobras o direito de explorar e produzir petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-Sal, até o limite de 5 bilhões de barris de óleo equivalentes “Cessão Onerosa”; e
- 2) autorização para subscrever e integralizar novas ações do capital social da Petrobras “Capitalização”.

Sendo o Projeto de Lei aprovado, é de grande interesse da Petrobras a implementação das autorizações acima referidas, pois a Cessão Onerosa permitirá à Companhia ter acesso ao bem mais valioso para qualquer empresa de petróleo: reservas. A incorporação de novas reservas de petróleo e gás natural ao patrimônio da Petrobras cria condições para maior crescimento e perenidade para Companhia, resultando em geração de valor para todos os acionistas.

A disposição do Governo Federal de subscrever novas ações permitirá a captação de recursos pela Petrobras, fortalecendo-a e preparando-a, ainda mais, para o desenvolvimento do seu Plano de Negócios, ampliado que será pela Cessão Onerosa.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) manteve-se estável nos últimos anos, passando de 48% de participação de capitais de terceiros, em 2007, para 50% em 2008 e 2009. A alavancagem líquida (Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido)), por sua vez, passou de 19%, em 2007, para 26%, em 2008, e 31%, em 2009. Esse crescimento é decorrente de captações de recursos, principalmente de longo prazo, que estão sendo aplicadas no programa intensivo de investimentos da companhia.

i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2007, 2008 e 2009, atendemos estes requisitos com recursos gerados internamente e dívidas de curto e longo prazo. Acreditamos que através da nossa forte geração de caixa e acessando as mesmas fontes de recursos, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2007, 2008 e 2009, financiamos nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais. Outra potencial fonte de recursos refere-se à capitalização da empresa, prevista no Projeto de Lei nº 5.941/09, que se encontra em discussão no Congresso Nacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O Endividamento bruto em 31.12.2009 apresentou um crescimento de 55% em relação a 31.12.2008, devido principalmente as captações realizadas na modalidade de Notas de Crédito à Exportação (R\$ 3.580 milhões), financiamento com o China Development Bank Corporation (US\$ 3.000 milhões) e com o empréstimo com o BNDES contratado pela Controladora, Transportadora Associada de Gás - TAG e Refinaria Abreu Lima, de R\$ 25.000 milhões referente a cessão onerosa de títulos. Estes financiamentos destinam-se principalmente, à compra de matéria-prima, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

O Endividamento bruto em 31.12.2008 apresentou um acréscimo de 65% em relação a 31.12.2007, provocado pela valorização do Dólar (32%) e pelas captações no país e no exterior, associado ao uso de recursos com programa intensivo de investimentos. As principais captações no país totalizaram R\$ 11.584, principalmente nas modalidades de Notas de Crédito, Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e captações de giro. No mercado bancário internacional foram contratadas linhas de crédito no total de US\$ 2.249 milhões.

O Endividamento bruto em 31.12.2007 apresentou um decréscimo de 8% em relação a 31.12.2006, provocado, principalmente, pela desvalorização do Dólar (17%) no período.

As principais captações de longo prazo realizadas no exercício de 2009 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (US\$)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
PifCo	fev/09	1.500.000	2019	Global notes - <i>cupom</i> de 7,875%
PifCo	março a set/2009	1.100.000	Até 2012	Linhas de crédito - Libor mais spread de mercado.
PifCo	jul/09	1.250.000	2019	Global notes - <i>cupom</i> de 7,875%.
PifCo	out/09	4.000.000	2020 e 2040	Global notes nos montantes de US\$ 2.500.000 e US\$ 1.500.000, com <i>cupom</i> de 5,75% e 6,875%.
Petrobras	dez/09	3.000.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) - Libor mais spread de 2,8% a.a.
		<u>US\$10.850.000</u>		

b) No país

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
Petrobras	março a nov/2009	3.580.000	Até 2017	Notas de Crédito à Exportação - juros de 110% a 114% da taxa média do CDI.
Petrobras, Rnest e TAG	jul/09	<u>25.000.000</u>	2029	Financiamento - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES indexado a variação do Dólar norte-americano mais taxa de juros de mercado.
		<u>R\$ 28.580.000</u>		

As principais captações realizadas no exercício de 2008 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (US\$)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
PNBV	2008	1.857.000	2020	Financiamentos a diversas instituições estrangeiras
SPE	2008	392.000	2021	Linhas de crédito
		<u>US\$ 2.249.000</u>		

b) No país

<u>Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Descrição</u>
Petrobras	2008	3.250.000	Até 2011	Notas de Crédito à Exportação
Petrobras	2008	1.231.460	2009	Adiantamentos de Contratos de Câmbio
Petrobras	2008	3.605.934	Até 2011	Financiamento para capital de giro
SPE	2008	3.496.786	Até 2022	Linhas de Crédito
		<u>R\$ 11.584.180</u>		

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento no contrato realizado com o BNDES em julho de 2009. O limite restringe que a relação entre a Dívida Líquida em Reais e o EBITDA ultrapasse 5,5.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	R\$ milhões		
	Exercício		
	2009	2008(*)	2007(**)
Vendas brutas	230.504	266.494	218.254
Encargos de vendas	(47.794)	(51.376)	(47.676)
Vendas líquidas	182.710	215.118	170.578
Custo dos produtos vendidos	(109.037)	(141.623)	(104.398)
Lucro bruto	73.673	73.495	66.180
Despesas operacionais			
Vendas	(7.152)	(7.162)	(6.060)
Gerais e administrativas	(7.410)	(7.247)	(6.428)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.458)	(3.494)	(2.570)
Perda na recuperação de ativos	(544)	(933)	(446)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.364)	(1.706)	(1.712)
Tributárias	(658)	(863)	(1.256)
Plano de pensão e saúde	(1.370)	(1.427)	(2.495)
Outras	(5.589)	(4.713)	(5.187)
	(27.545)	(27.545)	(26.154)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e da Participação em Investimentos	46.128	45.950	40.026
Financeiras líquidas			
Receitas	3.505	3.494	2.417
Despesas	(5.854)	(4.193)	(3.292)
Var. monetárias líquidas	2.112	(353)	(215)
Var. cambiais líquidas	(2.601)	4.181	(2.931)
	(2.838)	3.129	(4.021)
	(30.383)	(24.416)	(30.175)
Participação em investimentos	(84)	(874)	(465)
Lucro operacional	43.206	48.205	35.540
Imposto renda/contribuição social	(9.977)	(15.962)	(11.273)
Participação dos acionistas não controladores	(2.752)	2.090	(1.743)
Participação de Empregados	(1.495)	(1.345)	-1012
Lucro Líquido	28.982	32.988	21.512

(*) De acordo com a lei 11.638/07.

(**) De acordo com a lei 6.404/76.

Análise da Demonstração de Resultado – 2009 x 2008:

Em 2009, o **lucro líquido consolidado atingiu R\$ 28.982 milhões**, refletindo a redução nos preços de vendas, as perdas cambiais durante o período em que a companhia manteve exposição líquida ativa em Dólar e a despesa extraordinária com participação especial, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pela redução no preço das *commodities* que resultou numa diminuição dos preços das exportações. A manutenção dos preços do diesel e da gasolina, de maio/2008 ao início de junho/2009, permitiu que o preço médio de venda no país reduzisse apenas 11%, minimizando os impactos da oscilação dos preços sofridos pelo setor petrolífero. O aumento no volume das exportações, propiciado pelo aumento na produção (5%) e o efeito da valorização do Dólar atenuaram esses efeitos.

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais baixos devido aos menores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e a menor participação de derivados importados, em função do aumento da produção. Parte desse efeito foi compensada pelo aumento na depleção e depreciação devido à revisão de reservas.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pela redução no preço das *commodities*, atenuada pela valorização da taxa média do dólar no período (8,8%), e da manutenção dos preços do diesel e da gasolina, de maio/2008 ao início de junho/2009, permitindo que o preço médio de venda no país reduzisse em menor escala (11%), em relação aos custos médios unitários, minimizando os impactos da oscilação dos preços sofridos pelo setor petrolífero.

As *Despesas Operacionais* mantiveram-se estáveis. Destacam-se abaixo as principais variações:

Tributárias:

Redução de R\$ 205 devido ao menor imposto retido, neste ano, na distribuição de dividendos entre as subsidiárias no exterior (R\$ 80 milhões), redução do PIS e COFINS incidentes nas receitas com atividade não fim e do IOF sobre operações financeiras (R\$ 52 milhões).

Provisão para perda no valor recuperável de ativos:

A redução de R\$ 389 milhões deve-se à maior provisão dos ativos de Exploração e Produção reconhecida em 2008, em função da redução da estimativa dos preços futuros de petróleo.

Pesquisa e Desenvolvimento:

Redução de R\$ 342 milhões, reflexo da provisão destinada à contratação de projetos de instituições credenciadas pela ANP (R\$ 533 milhões), devido à menor cotação do petróleo que afeta a base de cálculo para fixação do investimento mínimo em pesquisa;

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 876 milhões em virtude da despesa extraordinária com participação especial do campo de Marlim, em set/2009, conforme acordo entre a Petrobras e a ANP (R\$ 2.065 milhões). Este efeito foi compensado pela redução da perda com a desvalorização dos estoques (R\$ 731 milhões), despesas não recorrentes como a provisão, em 2008, para contingências relacionadas com royalties adicionais do campo Guando, na Colômbia (R\$ 227 milhões), menores despesas de Relações Institucionais e Projetos Culturais (R\$ 185 milhões) e efeito cambial na conversão dessas despesas (R\$ 159 milhões), além da inclusão das novas operações do Chile e Japão.

Resultado Financeiro Líquido:

Desempenho negativo no resultado financeiro de R\$ 5.967 milhões, em razão de perdas cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 12.055 milhões), combinadas com resultado negativo nas operações de hedge (R\$ 1.075 milhões) que superaram os ganhos cambiais sobre o endividamento líquido (R\$ 2.771 milhões) e a variação monetária sobre financiamentos (R\$ 2.727 milhões).

Participação em Investimentos:

Aumento de R\$ 790 milhões, destacando o maior resultado do setor petroquímico (R\$ 682 milhões), que em 2008 tinham sido impactados pelas perdas cambiais sobre endividamento e do segmento internacional (R\$ 127 milhões), refletindo maiores perdas com a refinaria de Pasadena em 2008, devido à amortização e ao *impairment* de ágio, em comparação com as perdas em 2009, decorrentes da diferença entre o valor justo estimado dos ativos líquidos e o definido pelo painel arbitral, relativa à aquisição dos 50% remanescentes das ações da refinaria de Pasadena.

Participação de Acionistas não controladores:

Efeito negativo de R\$ 4.842 milhões, decorrente dos ganhos cambiais sobre dívida de projetos estruturados e outros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Redução de R\$ 5.985 milhões por conta de: a) menor lucro no ano de 2009 gerado pelo Sistema Petrobras; b) incremento de resultados em unidades no exterior com taxas diferenciadas de impostos e c) prejuízos em 2008 de algumas controladas sem expectativa de utilização do benefício fiscal a médio prazo.

Análise da Demonstração de Resultado – 2008 x 2007:

Em 2008, o **lucro líquido consolidado atingiu R\$ 32.988 milhões**, refletindo os melhores preços médios de realização do petróleo e derivados, o aumento da produção nacional de óleo e gás natural, que cresceu 5% no exercício, o maior volume de vendas e o ganho cambial sobre os ativos monetários líquidos em dólar, que contribuíram preponderantemente para este desempenho, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pelo aumento no preço das *commodities* que resultou em maiores preços médios nas vendas no mercado externo e também no mercado interno, devido aos reajustes nos preços do diesel e da gasolina em maio/2008. Contribuíram, ainda, o efeito da valorização do Dólar no período e os maiores volumes vendidos, principalmente no mercado interno.

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais altos devido aos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais. Contribuíram, ainda, o efeito da valorização do dólar no período e os maiores volumes vendidos, principalmente no mercado interno.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pelo aumento no preço das *commodities*, pela valorização da taxa média do dólar no período e pelo aumento nos volumes vendidos.

Houve aumento nas *Despesas Operacionais*, destacando-se as principais variações:

Vendas:

Aumento de R\$ 1.579 milhões em decorrência do volume das vendas nos mercados interno e externo, refletindo o aumento nos afretamentos de navios, bem como na cotação dos fretes no mercado internacional (R\$ 1.157 milhões), incluindo o efeito da apreciação do Dólar no ano (32%) e maior provisionamento de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 103 milhões).

Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 1.066 milhões decorrente dos maiores gastos com pessoal, devido ao aumento da força de trabalho e acordos coletivos no país (R\$ 233 milhões) e no exterior (R\$ 479 milhões), incluindo o efeito da apreciação do Dólar no ano, além de serviços de terceiros, em consultorias, auditorias e processamento de dados, no país (R\$ 164 milhões).

Custos Exploratórios:

O aumento de R\$ 1.084 milhões se refere à baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica no país (R\$ 971 milhões), devido ao aumento contínuo de poços perfurados nos últimos anos, reflexo da intensificação do programa de investimentos da Companhia, à elevação do custo unitário de perfuração de poços, motivada pela pressão do aquecimento da indústria sobre os insumos, e à diminuição do índice de sucesso exploratório, dada a perfuração de prospectos de maior risco nas bacias de Santos e do Espírito Santo.

Provisão para perda no valor recuperável dos ativos:

O aumento de R\$ 479 milhões reflete o efeito da baixa na cotação do petróleo sobre os ativos de Exploração e Produção.

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 148 milhões devido à perda com desvalorização de estoques (R\$ 1.381 milhões), em função da queda de preços das commodities, compensada pela despesa extraordinária com o Plano Petros (R\$ 1.050 milhões) em 2007 e outras reduções de gastos, tais como: Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e encargos e multas contratuais (R\$ 106 milhões).

Plano de Pensão e de Saúde:

A redução de R\$ 1.068 milhões se deve aos compromissos assumidos com o Acordo de Obrigações Recíprocas (R\$ 697 milhões) em 2007, além da redução, em 2008, da despesa atuarial em função do bom resultado dos ativos do Plano em 2007 (R\$ 185 milhões) e da implementação do benefício farmácia em 2007 (R\$ 97 milhões);

Tributárias:

Redução de R\$ 355 milhões em virtude da extinção da CPMF, compensada pelo aumento da alíquota do IOF a partir de janeiro de 2008 e pelo aumento de impostos no exterior, destacando os incidentes sobre dividendos e contratos de mútuo.

Resultado Financeiro Líquido:

Desempenho positivo no resultado financeiro de R\$ 8.043 milhões, em razão de ganhos cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 6.974 milhões), combinados com resultado positivo nas operações de hedge (R\$ 1.071 milhões).

Participação em Investimentos:

Aumento de R\$ 66 milhões, destacando o efeito da variação cambial sobre a conversão das Demonstrações Contábeis das subsidiárias no exterior (R\$ 1.315 milhões), reflexo da apreciação do dólar no ano (32%) e o ganho por mudança de participação, devido à reestruturação societária da Quattor Participações (R\$ 409 milhões), compensados pelo desempenho das participações no setor petroquímico (R\$ 878 milhões) e amortização de ágio (R\$ 273 milhões).

Participação de Acionistas não controladores:

Efeito positivo de R\$ 4.076 milhões, decorrente das perdas cambiais sobre o endividamento das SPE (R\$ 2.718 milhões) e redução no resultado de empresas controladas (R\$ 1.358 milhões).

Análise da Demonstração de Resultado – 2007 x 2006:

Em 2007, o **lucro líquido consolidado atingiu R\$ 21.512 milhões**, refletindo, principalmente, variações cambiais decorrentes da forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, e do custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, destacando-se:

Receita Líquida

As vendas de derivados e de petróleo foram influenciadas pelo aumento nas vendas internacionais, reflexo das aquisições ao longo de 2006, destacando-se o refino de Pasadena, maiores volumes de vendas no mercado interno, por conta do melhor desempenho da economia, e maiores volumes vendidos no mercado externo, por conta do aumento de produção. Estes fatores foram atenuados pela desvalorização do Dólar.

Custo das Vendas

Os custos médios unitários foram mais altos devido ao aumento nas vendas internacionais, maiores volumes de vendas no mercado interno e externo e maiores gastos com importações de petróleo e derivados. Contribuiu, ainda, o efeito da desvalorização do dólar no período.

Lucro Bruto

A lucratividade das vendas de derivados e petróleo foi influenciada pelo aumento nas vendas internacionais, maiores volumes de vendas no mercado interno e externo e pela desvalorização do dólar no período.

Houve aumento nas *Despesas Operacionais*, destacando-se as principais variações:

Vendas:

Aumento de R\$ 269 milhões refletindo o maior volume das exportações (R\$ 79 milhões) e das operações *offshore* (R\$ 166 milhões).

Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 999 milhões decorrente do crescimento da complexidade e do volume de operações da companhia, refletindo em maiores gastos com pessoal no Brasil (R\$ 379 milhões) devido ao Acordo Coletivo e ao aumento da força de trabalho, e com serviços de terceiros (R\$ 355 milhões), destacando-se serviços de informática e consultorias.

Custos Exploratórios:

O aumento de R\$ 533 milhões está relacionado à intensificação das atividades exploratórias no exterior (R\$ 440 milhões), destacando a Turquia, Angola e Irã, e no país (R\$ 228 milhões), compensados pela redução da provisão para abandono de poços (R\$ 121 milhões).

Provisão para perda no valor recuperável dos ativos:

No aumento de R\$ 401 milhões se destacam as provisões no Equador (R\$ 309 milhões) em virtude da majoração da alíquota (99%) dos *royalties*.

Pesquisa e Desenvolvimento:

Aumento de R\$ 126 milhões em decorrência de pesquisas que visam o desenvolvimento da produção nas atuais reservas, a expansão para novas fronteiras exploratórias, bem como da capacitação do corpo técnico.

Plano de Pensão e de Saúde:

Aumento de R\$ 554 milhões por conta da repactuação do Plano Petros;

Outras Despesas Operacionais:

Aumento de R\$ 1.646 milhões em virtude da repactuação do Plano Petros (R\$ 1.051 milhões), dos Acordos Coletivos de Trabalho (R\$ 482 milhões) e multas e encargos contratuais vinculados ao fornecimento de gás natural e energia elétrica (R\$ 449 milhões). Estes fatores foram compensados pela recuperação de créditos de ICMS, conforme acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (R\$ 101 milhões).

Resultado Financeiro Líquido:

Efeito negativo no resultado financeiro de R\$ 2.600 milhões, em razão do aumento da apreciação do real de 8% para 17% sobre recursos aplicados no exterior via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais (R\$ 1.972 milhões), regularização cambial em 2006 no valor de R\$ 321 milhões, não-recorrente, resultado financeiro sobre o aumento do endividamento líquido (R\$ 323 milhões) e perda com operações de hedge, vinculadas às atividades comerciais e financeiras (R\$ 288 milhões). Esses fatores foram compensados pela redução de despesas com liquidação antecipada de financiamentos (R\$ 230 milhões).

Participação em Investimentos:

Redução de R\$ 448 milhões, destacando-se o aumento das perdas cambiais na conversão dos patrimônios líquidos das subsidiárias no exterior.

Análise das Principais Contas do Ativo – 2009 x 2008:

Caixa e equivalentes de caixa:

Em 31/12/2009 caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 28.796 milhões, representando um aumento de 81% em relação ao exercício anterior. Esta variação deve-se às captações na modalidade de Notas de Crédito à exportação,

financiamento com o China Development Bank Corporation e o empréstimo do BNDES, para aplicação na ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural, nas refinarias, em linha com o programa intensivo de investimentos da companhia.

Investimentos:

A redução deve-se ao deságio na opção de compra de Sociedades de Propósitos Específicos (R\$ 1.936 milhões).

Imobilizado:

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de Exploração e Produção e Abastecimento:

	Consolidado			
	2009		2008	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	176.055	(58.183)	117.872	102.290
Abastecimento	75.221	(21.584)	53.637	35.845
Distribuição	6.008	(2.504)	3.504	3.193
Gás e energia	41.400	(5.780)	35.620	27.024
Internacional	25.794	(10.093)	15.701	20.084
Corporativo	5.296	(1.400.)	3.896	2.318
	329.774	(99.544)	230.230	190.754

Análise das Principais Contas do Passivo:

Dividendos a Pagar:

A redução de R\$ 7.582 milhões no saldo em 31.12.2009, em razão do pagamento das antecipações de Juros sobre Capital Próprio ao longo de 2009 no montante de R\$ 6.142 milhões, quando comparado com o exercício de 2008 em que não houve antecipação.

Financiamentos:

O aumento do financiamento de longo prazo de R\$ 34.654 milhões deve-se, principalmente à captação do BNDES de R\$ 25.000 milhões, comentado no item 10.1, letra f deste documento.

Análise das Principais Contas do Ativo – 2008 x 2007:

Imobilizado:

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de Exploração e Produção e Abastecimento:

	Consolidado			
	2008		2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	156.117	(53.827)	102.290	76.611
Abastecimento	54.892	(19.047)	35.845	25.226
Distribuição	5.528	(2.335)	3.193	2.794
Gás e energia	32.252	(5.228)	27.024	20.752
Internacional	32.810	(12.726)	20.084	12.664
Corporativo	3.268	(950)	2.318	1.894
	284.867	(94.113)	190.754	139.941

Análise das Principais Contas do Passivo – 2008 x 2007:

Financiamentos:

O aumento nos financiamentos de R\$ 25.015 milhões deve-se, principalmente à valorização do dólar e às captações nos mercados interno e externo, conforme comentado no item 10.1, letra f deste documento.

Capital Social e Reservas de Lucros

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 04 de abril de 2008 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.644 milhões para R\$ 78.967 milhões, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.020 milhões e R\$ 25.303 milhões com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

Análise das Principais Contas do Ativo – 2007 x 2006:

Caixa e equivalentes de caixa:

Em 31/12/2007 caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 13.071 milhões, representando uma redução de 53% em relação ao exercício anterior. Esta variação deve-se à aplicação no programa de investimentos, em títulos de longo prazo, na aquisição de participações societárias e na repactuação do Plano Petros.

Imobilizado:

O Quadro abaixo demonstra o forte investimento nas áreas de Exploração e Produção e Abastecimento:

	Consolidado			
	2007		2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	122.993	(46.382)	76.611	63.173
Abastecimento	42.621	(17.395)	25.226	19.924
Distribuição	4.747	(1.953)	2.794	2.599
Gás e energia	24.714	(3.962)	20.752	15.720
Internacional	20.468	(7.804)	12.664	11.295
Corporativo	2.763	(869)	1.894	1.392
	218.306	(78.365)	139.941	114.103

Análise das Principais Contas do Passivo – 2007 x 2006:

Capital Social e Reservas de Lucros

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 02 de abril de 2007 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 48.264 milhões para R\$ 52.644 milhões, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.380 milhões, sendo R\$ 1.008 milhões de reserva estatutária e R\$ 3.372 milhões de reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) vendas locais, que consistem de vendas de derivados (tais como; óleo diesel, gasolina, combustível para aeronaves, nafta, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo), gás natural, etanol, energia elétrica e produtos petroquímicos;
- (b) vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados;
- (c) vendas internacionais, que consistem de vendas de petróleo, gás natural e derivados que são comprados, produzidos e refinados no exterior; e
- (d) outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

Estes mesmos componentes relevantes da receita se aplicam para os exercícios de 2007, 2008 e 2009.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise 2009 x 2008:

A redução dos preços de venda de derivados e de petróleo influenciados pelo comportamento das cotações internacionais, o menor volume de vendas no mercado interno, devido à retração do consumo industrial e a despesa extraordinária com participação especial foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia. Estes efeitos foram compensados pela valorização da taxa média do Dólar e o aumento do volume das exportações, resultado do aumento da produção nacional de petróleo.

Análise 2008 x 2007:

O aumento dos preços de venda de derivados e de petróleo influenciados pelo comportamento das cotações internacionais, o maior volume de vendas no mercado interno, e a valorização da taxa média do Dólar foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia. Estes efeitos foram compensados pelos custos médios unitários mais altos devido aos maiores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações.

Análise 2007 x 2006:

A forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, o custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, atenuados pelo aumento no volume das vendas nos mercados interno e externo foram os fatores de maior influência no resultado operacional da companhia.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações de Preços, Taxas de Câmbio:

	R\$ milhões		
	Exercício		
	2009	2008	2007
Indicadores Econômicos e Financeiros			
Petróleo Brent (US\$/bbl)	62	97	73
Dólar Médio de Venda (R\$)	2,00	1,84	1,95
Dólar Final de Venda (R\$)	1,74	2,34	1,77
Indicadores de Preços ^(*)			
PMR Derivados Bás. Merc. Interno (R\$/bbl)	157,77	176,41	155,45
Preço médio de venda - Brasil			
Petróleo (US\$/bbl)	54,22	81,55	61,57
Gás Natural (US\$/bbl)	22,53	40,15	35,14
Preço médio de venda - Internacional			
Petróleo (US\$/bbl)	53,58	63,16	50,46
Gás Natural (US\$/bbl)	12,65	17,06	16,10

Variação do Volume de Vendas em Mil Barris/Dia:

	Exercício		
	2009	2008	2007
Diesel	740	760	705
Gasolina	338	344	300
Óleo combustível	102	110	106
Nafta	164	151	166
GLP	210	213	206
QAV	79	75	70
Outros	121	84	172
Total derivados	1.754	1.737	1.725
Alcoóis, Nitrogenados, Biodiesel e outros	112	88	62
Gás natural	240	321	248
Total mercado interno	2.106	2.146	2.035
Exportação	707	676	618
Vendas Internacionais	537	552	586
Total mercado externo	1.244	1.228	1.204
Total geral	3.350	3.374	3.239

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2009 x 2008:

Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores	R\$ milhões		
	Variação 2009 X 2008		
	Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:			
- efeito dos volumes vendidos	(6.539)	2.395	(4.144)
- efeito dos preços	(11.686)		(11.686)
. Mercado Externo:			
- efeito dos volumes exportados	3.063	239	3.302
- efeito dos preços de exportações	(12.635)		(12.635)
. Redução dos Gastos: (*)		21.745	21.745
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição	2.632	(2.116)	516
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de <i>trading</i>	(5.944)	7.721	1.777
. Aumento (redução) das vendas internacionais	(4.280)	4.801	521
. Efeito cambial nas controladas no exterior	3.507	(2.815)	692
. Outros	(526)	616	90
	<u>(32.408)</u>	<u>32.586</u>	<u>178</u>

(*) Composição da variação dos gastos:	Valor
- importação de petróleo, derivados e gás	16.789
- participações governamentais no país	5.122
- geração e compra de energia para comercialização	1.170
- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	512
- transportes marítimos e dutoviários ⁽¹⁾	271
- serviços de terceiros	53
- salários, vantagens e encargos	(291)
- materiais, serviços, aluguéis e depreciação	(1.881)
	<u>21.745</u>

⁽¹⁾ Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2008 x 2007:

Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores		R\$ milhões		
		Variação 2008 X 2007		
		Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:	- efeito dos volumes vendidos	7.386	(7.838)	(452)
	- efeito dos preços	19.638	-	19.638
. Mercado Externo:	- efeito dos volumes exportados	1.073	(655)	418
	- efeito dos preços de exportações	6.651	-	6.651
. Aumento dos Gastos: ^(*)		-	(19.537)	(19.537)
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição		1.132	(748)	384
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de trading		3.444	(4.454)	(1.010)
. Aumento (redução) das vendas internacionais		3.306	(3.317)	(11)
. Efeito cambial nas controladas no exterior		12.453	(11.261)	1.192
. Outros		6.522	(5.291)	1.231
		<u>61.605</u>	<u>(53.101)</u>	<u>8.504</u>
(*) Composição da variação dos gastos:		Valor		
	- importação de petróleo, derivados e gás	(12.301)		
	- participações governamentais no país	(6.011)		
	- materiais, serviços e depreciação	124		
	- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	(728)		
	- transportes marítimos e dutoviários ⁽¹⁾	(553)		
	- serviços de terceiros	(91)		
	- geração e compra de energia para comercialização	(11)		
	- salários, vantagens e encargos	34		
		<u>(19.537)</u>		

(1) Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto – 2007 x 2006:

Principais Fatores		R\$ milhões		
		Variação 2007 X 2006		
		Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado Interno:	- efeito dos volumes vendidos	3.085	(1.747)	1.338
	- efeito dos preços	1.083	-	1.083
. Mercado Externo:	- efeito dos volumes exportados	3.046	(1.283)	1.763
	- efeito dos preços de exportações	390	-	390
. Aumento dos Gastos: ^(*)		-	(2.915)	(2.915)
. Itens extraordinários: - custos complementares c/ participações especiais ⁽¹⁾		-	426	426
	- gastos com gás reinjetado ⁽²⁾	-	406	406
. Aumento da lucratividade do segmento de Distribuição		518	(28)	490
. Aumento da lucratividade das operações de trading		1.934	(1.473)	461
. Aumento das vendas internacionais		7.715	(7.500)	215
. Efeito cambial nas controladas no exterior		(4.614)	3.983	(631)
. Outros		(818)	667	(151)
		<u>12.339</u>	<u>(9.464)</u>	<u>2.875</u>
(*) Composição da variação dos gastos relacionados:		Valor		
	- importação de petróleo, derivados e gás ⁽³⁾	(2.484)		
	- produtos não petrolíferos, incluindo álcoois, biodiesel e outros	(515)		
	- materiais, serviços e depreciação	(1.136)		
	- salários, vantagens e encargos	(600)		
	- transportes marítimos e dutoviários ⁽⁴⁾	(315)		
	- serviços de terceiros	211		
	- participações governamentais no país	1.924		
		<u>(2.915)</u>		

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Análise 2009 x 2008:

Resultado Operacional: A redução no custo médio unitário decorreu dos menores gastos com importações de petróleo e derivados e com participações governamentais, refletindo o comportamento das cotações internacionais e a menor participação de derivados importados, decorrentes do aumento da produção. Parte desse efeito foi compensada pelo aumento na depleção e depreciação devido à revisão de reservas (vide tabela acima " Composição da Variação dos Gastos)

Resultado Financeiro: Desempenho negativo em razão de perdas cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 9.224 milhões), combinadas com resultado negativo nas operações de hedge (R\$ 1.075 milhões) que superaram os ganhos cambiais sobre o endividamento líquido (R\$ 2.771 milhões) e a variação monetária sobre financiamentos (R\$ 2.728 milhões).

	R\$ milhões		
	2009	2008	Variação
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	1.429	(1.342)	2.771
Variação Monetária sobre financiamentos	2.406	(322)	2.728
Despesas Financeiras Líquidas	(2.854)	(2.570)	(284)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	981	(4.234)	5.215
Variação Cambial sobre Recursos Aplicados no Exterior via Controladas e SPE	(4.205)	5.019	(9.224)
Hedge sobre operações comerciais	(373)	702	(1.075)
Títulos e Valores Mobiliários	764	585	179
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	8	585	(577)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(13)	472	(485)
Resultado Financeiro Líquido	(2.838)	3.129	(5.967)

Análise 2008 x 2007:

Resultado Operacional: Os melhores preços médios de realização do petróleo e derivados, o aumento da produção nacional de óleo e gás natural, que cresceu 5% no exercício, o maior volume de vendas e o ganho cambial sobre os ativos monetários líquidos em dólar contribuíram preponderantemente para a melhoria do desempenho.

Resultado Financeiro: Desempenho positivo de R\$ 8.043 milhões, em razão de ganhos cambiais sobre ativos no exterior (R\$ 6.974 milhões), combinados com resultado positivo nas operações de hedge (R\$ 1.071 milhões).

	R\$ milhões		
	2008	2007	Variação
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	(1.315)	(688)	(627)
Variação Monetária sobre financiamentos	(321)	(110)	(211)
Despesas Financeiras Líquidas	(2.566)	(1.805)	(761)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(4.202)	(2.603)	(1.599)
Variação Cambial sobre Recursos Aplicados no Exterior via Controladas e SPE	6.418	(2.254)	8.672
Hedge sobre operações comerciais	665	(410)	1.075
Títulos e Valores Mobiliários	248	417	(169)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	584	941	(357)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	307	(114)	421
Resultado Financeiro Líquido	4.020	(4.023)	8.043

Análise 2007 x 2006:

Resultado Operacional: A forte apreciação do real no período (17%), que levou a uma redução do valor de ativos detidos no exterior, denominados em dólares, o custo decorrente do acordo realizado com os empregados para alterar o plano de pensão da Companhia, atenuados pelo aumento no volume das vendas nos mercados interno e externo contribuíram preponderantemente para a redução do desempenho.

Resultado Financeiro: Desempenho negativo no resultado financeiro de R\$ 2.600 milhões, em razão do aumento da apreciação do real de 8% para 17% sobre ativos líquidos em dólar no exterior (R\$ 1.972 milhões), regularização cambial em 2006 no valor de R\$ 321 milhões, não-recorrente, resultado financeiro sobre o aumento do endividamento líquido (R\$ 323 milhões) e perda com operações de hedge, vinculadas às atividades comerciais e financeiras (R\$ 288 milhões). Fatores compensados pela redução de despesas com liquidação antecipada de financiamentos (R\$ 230 milhões).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Em 05 de fevereiro de 2009, a Petrobras constituiu seis (6) sociedades anônimas no Rio de Janeiro, a saber:

Comperj Participações S.A. - Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do COMPERJ; Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos; Comperj PET S.A. - Sociedade produtora de PTA/PET; Comperj Estirênicos S.A. - Sociedade produtora de Estireno; Comperj MEG S.A. - Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e Comperj Poliolefinas S.A. - Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

Atualmente, a Petrobras detém 100% (cem por cento) do capital total e votante dessas companhias.

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Em 18 de março de 2009, foi finalizado o recebimento dos ativos de refino adquiridos do Grupo Ipiranga, com a efetiva entrega das ações da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., pertinentes à Petrobras e à Braskem.

Petroquímica Triunfo S.A. (Acordo de Investimento da Braskem)

Em 07 de abril de 2009, foi incorporada pela Braskem a Petroquímica Triunfo S.A. Essa operação conclui a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos, celebrado em novembro de 2007 e aprovada pelo CADE em julho de 2008 entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31,0 % do capital votante e 25,3 % do capital social total da Braskem.

Refinaria de Pasadena

Em 10 de abril de 2009, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda ("put option") pela ASTRA em relação à PAI dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refinery Systems Inc. ("PRSI"), companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

Ficou definido em US\$ 466 milhões o valor a ser pago pela PAI por esses 50% remanescentes de participação acionária na Refinaria e na Trading em Pasadena. O pagamento seria realizado em três parcelas, uma primeira no valor de US\$ 296 milhões (devida originalmente em 27 de abril de 2009, segundo a decisão) e as duas seguintes no valor de US\$ 85 milhões cada uma, estas duas últimas com vencimento fixado pelos árbitros para setembro de 2009 e setembro de 2010. A ASTRA apresentou pedido de esclarecimentos ao painel arbitral acerca de alguns pontos da decisão ("request for clarification"), mas o painel arbitral houve por bem, em 3 de junho de 2009, confirmar "in totum" a decisão original, sem apresentar qualquer esclarecimento adicional.

As partes até o momento não se puseram de acordo quanto à finalização das pendências existentes, para a assinatura de termo de acordo que ponha fim à demanda e permita os pagamentos objeto da decisão.

Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341.179 mil (US\$ 147.365 mil), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

Distribuição e logística no Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais, localizadas na Holanda e Espanha, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 400 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.

Em 01 de dezembro de 2009 foi efetivada a compra, por aproximadamente US\$ 14 milhões, da Chevron Chile S.A.C, que produz e comercializa lubrificantes da marca Texaco no Chile.

BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A

Em dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. com investimentos no valor de R\$ 55 milhões, passando a deter 50% das ações da empresa. Do total do investimento, R\$ 45 milhões já foram aportados em 2009 e os R\$ 10 milhões restantes serão aportados por ocasião do início das operações da Companhia, previsto para o segundo trimestre de 2010.

A usina BSBIOS Marialva, constituída em 12 de junho de 2009, tem capacidade de produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano.

Sociedades de Propósitos Específicos – SPE

A Petrobras exerceu em 2009 a opção de compra das SPE listadas no quadro abaixo, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados entre Petrobras e antigos acionistas das SPE.

Data da opção	Projeto	Razão social da SPE	% das ações	Valor da opção	Deságio
30/04/2009	Marlim	Marlim Participações S.A	100%	1	57.151
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%	90.000	1.877.946
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A	43,43%	1	1.017
Total				90.002	1.936.114

A efetivação da transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A., 56,57% do capital social, depende da conclusão de procedimentos formais junto ao agente escriturador.

Os deságios apurados são decorrentes de outras razões econômicas e estão registrados em investimentos na controladora e no consolidado.

- c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de março de 2010, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

- c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Uso de Estimativas:

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para passivos contingentes, valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Redução ao valor recuperável – “Impairment”

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Abandono de poços e desmantelamento de áreas.

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados, conforme Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e seguridade social de subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Passivos Contingentes

Processos judiciais provisionados

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2009, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Processos fiscais				
Total do passivo não circulante	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	101.768	96.640	14.956	13.233
Processos fiscais	122.536	141.677	1.766	1.592
Processos cíveis (*)	462.058	500.759	180.928	188.460
Outras contingências	158.589	151.250		
Total do passivo não circulante	844.951	890.326	197.650	203.285
Total das contingências	898.951	944.326	251.650	257.285

(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com probabilidade de perda possível (valores em milhares de reais):

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda. <i>Natureza: Cível</i></p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.</p> <p>A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão, a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Em dezembro de 2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela Porto Seguro, que buscava obstar o processamento do Recurso Especial da Petrobras.</p> <p>Aguarda-se a publicação dessa decisão e julgamento do referido Recurso Especial por meio do qual a Petrobras busca reverter totalmente a condenação.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 16.026.052 em 31 de dezembro de 2009. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 10.577.194, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 801.303 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 3.205.210 a título de honorários advocatícios.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro <i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de fretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.</p>	<p>A Petrobras apresentou novos recursos administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 4.390.654.</p>
<p>Autor: Inspetoria da Receita Federal em Macaé <i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Juros e multa sobre II e IPI - Naufrágio da Plataforma P-36.</p>	<p>Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras.</p> <p>Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança, obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal/Fazenda Nacional, pendente de julgamento.</p> <p>Com a decisão do Tribunal Marítimo, a Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal e obteve liminar suspendendo a cobrança do tributo.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 375.306.</p>

Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária

Natureza: Tributária

Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.

Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 114.998 estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 331 notificações, no montante de R\$ 363.293 em 31 de dezembro de 2009. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.

Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termelétrica Termorio S.A.

Em 15 de agosto de 2006, a Termorio protocolou, na Inspeção da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em sua sessão de 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento do Auto de Infração, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspeção da Receita Federal interpôs recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes de Porto Alegre-RS, sendo que tal solicitação ainda não foi julgada.

Exposição máxima atualizada: R\$ 710.949.

Autor: Secretaria da Receita Federal

Natureza: Tributária

CIDE – Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.

Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 1.149.354.

Autor: Secretaria da Receita Federal

Natureza: Tributária

IRRF - Remessas para pagamento de importação de petróleo.

Em primeira instância foi julgado improcedente o lançamento. Houve recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes que foi provido. A Petrobras interpôs recurso voluntário que pende de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 865.666.

Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

IRPJ/2003 e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea.

Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento

Exposição máxima atualizada: R\$ 259.737.

Autor: IBAMA

Natureza: Cível

Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso - TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração sem aprovação prévia.

Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A Companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 153.383.

Autor: Secretaria da Receita Federal

Natureza: Tributária

Cobrança de CIDE sobre Importação de Propano e Butano.

Encerrado na esfera administrativa. Aguarda-se o início da execução fiscal pela SRF. A Companhia obteve tutela antecipada judicial suspendendo a exigibilidade do crédito mediante o depósito para recurso, efetuado por meio de Seguro-Garantia.

Exposição máxima atualizada: R\$ 189.228.

Autor: Secretaria da Receita Federal

Natureza: Tributária

Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem.

Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que foi convertido em vistorias nas dependências da Companhia.

Exposição máxima atualizada: R\$ 1.915.410.

Autor: Estado do Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

ICMS - Naufrágio da Plataforma P-36.

Decisão na 1ª instância favorável à Petrobras. Interposto recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro e pela própria Petrobras, em relação ao valor dos honorários. Por maioria, deu-se provimento ao Recurso do Estado do Rio de Janeiro, e julgou-se prejudicado o recurso da Companhia. A Petrobras opôs embargos infringentes ao Acórdão, os quais aguardam de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 859.379.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

ICMS - Operações de Transferência de LGN no âmbito do estabelecimento centralizador.

Decisão desfavorável à Petrobras. Interposto Recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, que se encontra pendente de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 175.178.

Autor: Estado de São Paulo

Natureza: Tributária

Afastamento de cobrança de ICMS em operações de importação de gás natural da Bolívia.

Na primeira instância, julgado procedente o lançamento.

A Companhia interpôs Recurso Ordinário.

Exposição máxima atualizada: R\$ 736.367.

Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Jaguaré, Marataízes, Serra, Vila Velha e Vitória.

Natureza: Tributária

Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas.

Alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.

A Companhia apresentou impugnações/recursos no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento administrativo. Dos municípios em relação aos quais já se esgotou a discussão (na esfera administrativa), apenas o Município de Itapemirim ingressou com ação de execução fiscal. Neste caso judicial, a Companhia ofertou garantia e está se defendendo, porquanto recolheu corretamente o ISS, nos termos da LC nº 116/2003.

Exposição máxima atualizada: R\$ 1.133.643.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou os autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente será permitido a partir de 2011.

A Petrobras apresentou defesas judiciais no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 567.747.

Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro

Natureza: Tributária

Auto de infração recebido pela Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP, referente a questionamento em relação à alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte e IOF, aplicável na emissão de títulos no exterior. Possibilidade de aplicação do Tratado Brasil – Japão (Dec. 61.889/67).

Em 16 de julho de 2009 a CLEP recebeu Auto de infração.

Em 14 de agosto de 2009, a CLEP protocolou, na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração.

Em 3 de setembro de 2009 o Processo foi remetido ao Serviço de Controle e Julgamento – DRJ.

Exposição máxima atualizada: R\$ 325.742.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Natureza: Tributária

Afastamento de Cobrança de ICMS e Multa de Importação e descumprimento de obrigação acessória. Admissão temporária – Sonda de Perfuração – Admissão São Paulo – Desembaraço no Rio de Janeiro. (Convênio ICMS nº 58/99)

Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. Foi interposto Recurso Ordinário em 23 de dezembro de 2009, que se encontra pendente de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 2.252.487.

Autor: Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

Natureza: Tributária

Recolhimento de ICMS em razão da omissão de saída (Estoque).

Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento.

Exposição máxima atualizada: R\$ 177.566.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Petróleo Brasileiro - Petrobras e subsidiárias (“a Companhia”) é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia e (3) fornecem segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou destinação não autorizada dos ativos da Companhia que possam afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e

considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2009, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da KPMG Auditores Independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

2009 - Foram captados USD 6,75 bilhões através de operações via *bonds* registradas na *Securities and Exchange Commission*. Os recursos levantados com as operações no mercado internacional de capitais foram usados para fins corporativos e para pagar a totalidade dos empréstimos-ponte que a companhia tomou no início do ano.

2008 - Foram captados USD 750 milhões através de operações via *bonds* registradas na *Securities and Exchange Commission*. Os recursos levantados com as operações no mercado internacional de capitais foram usados para fins corporativos gerais.

2007 - Foram captados USD 1 bilhão através de operação via *bonds* registrada na *Securities and Exchange Commission*. Adicionalmente, A Petrobras International Finance Company (PifCo) concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$ 399 milhões (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado, a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$ 399 milhões, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$ 500 milhões lançados em 06 de outubro de 2006, totalizando US\$ 899 milhões em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$ 56 milhões como resultado da oferta para troca dos títulos. Os recursos levantados com a oferta de US\$ 1 bilhão mencionada acima foram usados para fins corporativos gerais. Por outro lado, os USD 399 milhões foram usados para comprar dívida antiga não impactando o limite de endividamento da Companhia.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

Em 31 de dezembro de 2009, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2009:

	Pagamentos com vencimento por Período			2015 em diante
	Total	2010	2011-2014	
	(Em milhões de R\$)			
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial (1):				
Obrigações de dívida	90.690	5.988	28.062	56.640
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens.	740	360	284	96
Total dos itens do balanço patrimonial	91.430	6.348	28.346	56.736
Outros compromissos contratuais a longo prazo				
Gás natural <i>ship or pay</i>	10.047	907	3.999	5.140
Serviço de contrato	88.415	39.698	36.875	11.842
Contratos de fornecimento de gás natural	18.876	1.997	7.778	9.103
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	64.305	13.425	39.415	11.464
Compromissos de compra	19.804	6.664	7.545	5.596
Compromissos de compra internacionais	23.393	7.935	13.649	1.809
Total de outros compromissos a longo prazo	224.840	70.625	109.261	44.954
Total	316.270	76.973	137.607	101.690

(1) Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 20 nas Demonstrações Contábeis.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica (consulte resposta ao item 10.8)

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica (consulte resposta ao item 10.8)

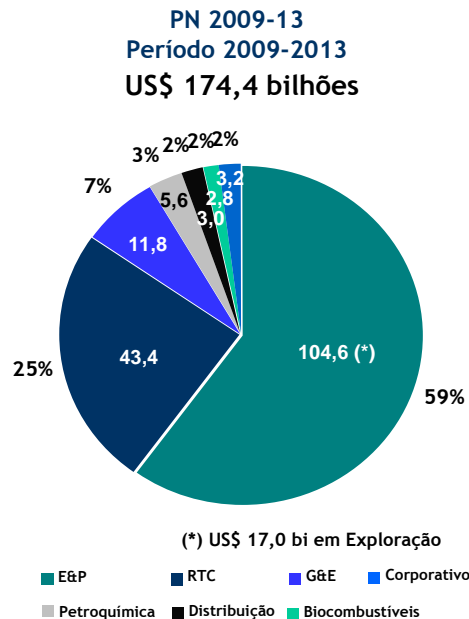
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica (consulte resposta ao item 10.8)

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Plano de Negócios 2009-2013 - O Plano de Negócios 2009-2013 prevê investimentos de US\$ 174,4 bilhões. Desse total, US\$ 158,2 bilhões destinam-se a projetos no Brasil e US\$ 16,2 bilhões a atividades no exterior, com foco na América Latina, nos Estados Unidos e no oeste da África.



O segmento de Exploração e Produção (E&P) concentra a maior parte dos investimentos: ao todo serão US\$ 104,6 bilhões – 59% do total aprovado para o período. Desse montante, aproximadamente US\$ 28 bilhões destinam-se ao desenvolvimento do Pré-Sal, cuja produção deverá atingir 219 mil bpd de óleo em 2013. O Plano de Negócios 2009-2013 incorpora essa nova fronteira exploratória e tem metas de crescimento de produção mais agressivas do que as do plano anterior. A produção total de óleo e gás natural deverá alcançar 3.655 mil boed em 2013, dos quais 3.314 mil boed no Brasil.

O segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) contará com US\$ 43,4 bilhões, o equivalente a 25% do investimento total. Será mantida a estratégia de aumentar a capacidade de refino para acompanhar o crescimento da produção de petróleo. Os investimentos se concentrarão na melhoria da qualidade dos combustíveis, na elevação do nível de processamento de óleo pesado e na expansão da capacidade do parque de refino. Com a entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, em 2012, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em 2012, e da Fase 1 das Refinarias Premium I e II, em 2013, a carga processada de petróleo no Brasil deverá atingir 2.270 mil bpd até 2013.

Os investimentos em Gás e Energia, de US\$ 11,8 bilhões, permitirão à companhia ampliar a capacidade de escoamento e elevar as vendas no mercado interno, em linha com a crescente produção doméstica de gás natural.

O Plano estabelece que os projetos tenham conteúdo nacional de 64%, com geração de encomendas de US\$ 20 bilhões por ano, em média, aos fornecedores brasileiros. A estimativa é que haja demanda de 1 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos, em todo o País.

Investimentos 2010 - Em reunião realizada pelo Conselho de Administração no dia 19/03/2010, foi autorizado o Orçamento de Capital do ano de 2010 para as empresas que integram o Sistema Petrobras no valor de R\$ 88,5 bilhões, distribuídos de acordo com a tabela apresentada abaixo, sendo que R\$ 58,0 bilhões referentes ao Orçamento de Capital da Petróleo Brasileiro S.A., estando condicionado à aprovação final da Assembléia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia 22 de abril de 2010:

Áreas de Negócio	Orçamento 2010	%
Exploração e Produção	36.737	42%
Abastecimento	33.962	38%
Gás e Energia	8.108	9%
Internacional	6.223	7%
Biocombustível	823	1%
Distribuição	896	1%
Corporativo	1.797	2%
TOTAL	88.547	100%

Revisão do Plano de Negócios – O Conselho de Administração autorizou, ainda, a Diretoria Executiva a dar continuidade à revisão do Plano de Negócios, tomando como referência o valor total a ser investido na faixa entre US\$ 200 a US\$ 220 bilhões para o período 2010-14, atendendo por uma análise de financiabilidade que limite o indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2,5 e o grau de alavancagem líquida menor que 35%.

Adicionalmente, em reunião realizada em 29/03/2010, o Conselho de Administração aprovou a atualização de parte da carteira de projetos para o período 2011 – 2014, totalizando investimentos de até R\$ 250 bilhões, incluídos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC-2).

O Conselho também aprovou para o período pós 2014, conjunto de projetos que totalizam investimentos de aproximadamente R\$ 462 bilhões, que também foram incluídos no PAC-2. Esses projetos foram avaliados com base em visão preliminar, dado o grau de conhecimento atual, e alinhados a Visão 2020 do Plano Estratégico da Companhia. Cabe destacar que parte dos investimentos pós 2014 representam a continuidade de projetos já existentes na carteira de 2010 – 2014, que possuem prazo de maturação superior aos 5 anos do Plano de Negócios, com destaque para os projetos de exploração e produção.

Na área de Exploração e Produção (E&P) os investimentos têm como objetivo aumentar a produção de petróleo e gás natural, aproveitando o sucesso exploratório alcançado no pós e pré-sal e inclui também o aumento das atividades exploratória, essencial para a sustentabilidade da Companhia. A carteira de projetos do E&P compreende a construção de plataformas de produção e perfuração, navios de apoio e investimentos em infraestrutura para escoamento da produção.

No Refino, Transporte, Comercialização (RTC) e Petroquímica os investimentos serão realizados para aumentar a produção de derivados para atender à crescente demanda do mercado doméstico, agregando valor ao óleo produzido, aumentando as margens da Companhia, permitindo também a exportação de derivados e petroquímicos. Também serão realizados investimentos para melhorar a qualidade dos derivados, atendendo aos padrões internacionais e ambientais mais rigorosos.

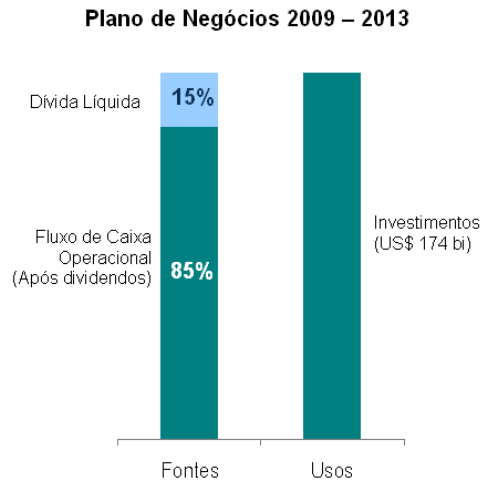
Para a área de Gás & Energia os objetivos são a diversificação e flexibilização das fontes de suprimento de gás natural, para o aproveitamento do gás associado produzido no pré-sal. Na área de fertilizantes os investimentos serão direcionados para aumentar a escala de produção dos fertilizantes, garantindo demanda adicional para o gás natural, visando à ampliação dos ganhos da companhia com a produção de gás, aproveitando o grande potencial agrícola brasileiro com demandas crescentes por fertilizantes.

O Plano também prevê investimentos em novas plantas de etanol e biodiesel e infraestrutura para escoamento da produção de etanol. Com isso a Companhia pretende participar da cadeia produtiva do etanol e do biodiesel, consolidando o mercado interno de biodiesel com alternativas competitivas em relação à soja, priorizando matérias-primas da agricultura familiar de forma sustentável e desenvolvendo mercados internacionais de forma seletiva.

	Bn Reals bilhões		
	2011-14	pós 2014	TOTAL
Exploração e Produção	153,6	401	554,6
Refino, Transporte e Comercialização e Petroquímica	79,0	58	137,0
Gás Natural e Fertilizantes	17,0	3	20,0
Biocombustível	0,216	--	0,216
TOTAL	249,8	462	711,8

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O Plano de Negócios 2009-2013 da Petrobras projeta que nos 5 anos o Fluxo de Caixa Operacional após dividendos atingirá US\$ 148,6 bilhões, o que corresponde a 85% do montante de investimento previsto para o período. Os 15% restantes deverão ser financiados através de Dívida Líquida.



Revisão do Plano de Negócios – Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão alinhados ao seu Plano Estratégico que prevê crescimento integrado, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Deverão também atender a uma análise de financiabilidade que limite o indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2,5 e o grau de alavancagem líquida inferior a 35%, com geração de valor para o acionista.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A compra da participação da Exxon Mobil na Esso Chile Petrolera, em 2009, foi um movimento alinhado ao Plano Estratégico 2009-2013. Essa aquisição amplia a presença da companhia no segmento de distribuição, nos mercados de varejo, industrial e de aviação, e conta com a operação de uma rede de pontos de venda em cinco países: Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

Destaca-se também a aquisição dos ativos da Chevron Chile SAC, entre os quais: uma fábrica de lubrificantes na capital chilena, 23 tanques para o armazenamento de matérias-primas e produtos acabados e a cessão de uso da marca.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A seguir, estão descritos os principais projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em andamento. Estes projetos têm objetivos de longo prazo e abrangem fases desde a idéia até a disponibilização das soluções geradas, não havendo distinção das etapas de Pesquisa e Desenvolvimento.

- Otimização das operações de perfuração e completção de poços
 - Desenvolvida tecnologia capaz de viabilizar o revestimento do poço concomitante à sua perfuração. Este desenvolvimento permitirá a redução do tempo de construção dos poços, possibilitando a antecipação do início da produção de óleo nestes poços e reduzindo o custo por poço.
- Desempenho da perfuração nos poços do Pré-sal
 - Foram desenvolvidas novas técnicas, que aumentaram a vida útil das brocas utilizadas na perfuração e a taxa de penetração durante a perfuração. Esses avanços permitiram uma redução do tempo de perfuração no pré-sal, diminuindo os custos, além de aumentar a segurança e a integridade dos poços.
 - Houve também uma economia significativa no tempo de perfuração na área do pré-sal em função do ganho de velocidade; a taxa média de perfuração na rocha carbonática do pré-sal, muito dura para os padrões da indústria, dobrou e na rocha salina mais que triplicou.
- Produção do Diesel do futuro
 - Aprimorada a tecnologia de hidrotreatamento na produção de diesel, aumentando a eficiência do processo de retirada do enxofre com o uso de catalisadores mais seletivos e adequação da matéria-prima. A tecnologia é aplicável a todo parque de refino brasileiro.
- Aumento do processamento de petróleos nacionais, de elevada acidez
 - Foram desenvolvidas técnicas de determinação do nível de corrosividade dos petróleos nacionais e sua adequação aos materiais presentes no parque de refino. A utilização de materiais mais adequados ao petróleo nacional proporcionou uma redução dos processos de manutenção, aumentando a utilização do parque de refino, com conseqüente aumento de 60 mil barris por dia no processamento de petróleo nacional, e conseqüente redução da necessidade de importação de óleo leve.
- Nova Formulação da Gasolina PODIUM
 - Foi desenvolvida uma nova formulação para a Gasolina Podium da Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão-SP) que reduziu a importação de componentes e gerou ganhos econômicos de 6% em relação à tradicional.
- Transporte de Gás Natural
 - Estão sendo direcionados esforços contínuos na busca de soluções tecnológicas para viabilizar o transporte do gás natural do pré-sal. Um exemplo é a tecnologia GTL (gas to liquids), pela qual o gás natural é processado e transformado em óleo sintético, facilitando seu transporte e aproveitamento. Realizar esse processamento em embarcações é um desafio e, para superá-lo, está em fase final de construção uma planta-piloto de GTL embarcado, que permitirá realizar, em 2010, os testes de qualificação dessa tecnologia.
 - A liquefação do gás natural é alternativa para o transporte offshore de gás; a Petrobras está desenvolvendo, juntamente com grandes empresas internacionais de engenharia, projetos básicos de unidades flutuantes de gás natural liquefeito (FLNG - Floating Liquefied Natural Gas), com tecnologia inédita no cenário mundial, que poderão receber e tratar gás das unidades de produção.
- Metalurgia aplicada à construção de dutos para transporte de óleo e gás
 - Foram desenvolvidos materiais mais resistentes em obras de dutos, o que pode permitir, na operação de transporte de óleo e gás, um aumento da pressão interna de bombeio resultando em aumento de carga transportada.
 - Novos materiais tornaram possível a redução da espessura da parede no duto, o que pode se refletir na redução dos custos de investimento.
- Sequestro Geológico de Carbono
 - Começaram, em 2009, os testes iniciais de injeção de CO₂ em alta pressão, no campo terrestre de Miranga, em Pojuca na Bahia. O CO₂ é injetado nos poços para aumentar o fator de recuperação de petróleo, já que o gás facilita o escoamento do óleo no reservatório, ficando armazenado no subsolo. Para isso, serão avaliadas tecnologias de cada etapa do processo de seqüestro geológico de carbono - separação, captura e armazenamento de CO₂. As tecnologias testadas poderão contribuir para futuros projetos ligados ao desenvolvimento do pólo pré-sal na Bacia de Santos.

- Otimização da produção de biocombustíveis
 - A otimização de processos produtivos incrementou a capacidade produtiva das plantas industriais de Candeias na Bahia, Quixadá no Ceará e Montes Claros em Minas Gerais, com aumento de 51 milhões de litros na capacidade instalada da Petrobras Biocombustível, cuja produção anual passou para 324 milhões de litros.
 - A Unidade Experimental de Guamaré no Rio Grande do Norte, que produz biodiesel a partir de óleo de girassol ou soja, também teve sua capacidade aumentada, passando a operar em regime contínuo de produção para realizar testes em maior escala de tecnologias desenvolvidas.
 - Além disso, a Planta de Produção de Guamaré passou a produzir biodiesel a partir de uma mistura de 30% de óleo de mamona e 70% de óleo de girassol, ambos produzidos pela agricultura familiar nos programas de suprimento de oleaginosas da empresa. A utilização da mamona como matéria-prima para a produção de biodiesel também já é uma realidade para a usina da Petrobras Biocombustível em Candeias, na Bahia. Dessa forma, a Petrobras reforça sua estratégia de diversificação de matérias primas para a produção de biodiesel, estimulando os mercados agrícolas regionais.
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Despesas em P&D (R\$ milhões)		
2007	2008	2009
1.712	1.706	1.364

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Ver item 10.10.c.i

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Ver item 10.10.c.ii

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.